

Demonstrações Financeiras

***Concessionária Ecovia Caminho do
Mar S.A.***

*31 de dezembro de 2004 e 2003
com Parecer dos Auditores Independentes*

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2004 e 2003

Índice

Parecer dos auditores independentes	1
Demonstrações financeiras auditadas:	
Balancos patrimoniais	2
Demonstrações do resultado	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstrações das origens e aplicações de recursos	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras	7

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas da

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHOS DO MAR S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais da **CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.**, levantados em 31 de dezembro de 2004 e 2003, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.** em 31 de dezembro de 2004 e 2003, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme descrito na nota 6, a Administração da Companhia e o Governo do Estado do Paraná estão discutindo, inclusive judicialmente, diversos aspectos relacionados ao Contrato de Concessão assinado entre as partes em 14 de novembro de 1997. Tais discussões abrangem alternativas para atender o interesse público, sem comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, bem como a possibilidade do Governo do Estado promover a execução de alternativas como: a) a desapropriação das ações da Companhia; b) a encampação das rodovias e c) a caducidade do Contrato de Concessão, como forma de retomar o controle da atividade, presentemente concedida à mesma. As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal das operações da Companhia, e não incluem quaisquer efeitos que o desfecho das referidas discussões com o Governo poderiam trazer na eventualidade de um desfecho negativo.

Curitiba, 14 de janeiro de 2005

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6 "F" PR

Marcos Antonio Quintanilha
Contador CRC-1-SP-132776/O-3-T-SC-S-PR

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

	2004	2003
ATIVO		
Circulante		
Caixa e Bancos	1.633	1.327
Bancos – conta vinculada	584	-
Contas a receber	60	28
Impostos a recuperar	6	441
Imposto de renda e contribuição social diferidos	289	971
Despesas com seguros a apropriar	512	911
Outros créditos	9	113
	3.093	3.791
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais	228	164
	228	164
Permanente		
Imobilizado	37.556	37.260
Diferido	-	352
	37.556	37.612
Total do ativo	40.877	41.567

	2004	2003
PASSIVO		
Circulante		
Empréstimos	7.145	-
Fornecedores	2.163	3.201
Impostos, taxas e contribuições	1.345	747
Provisões trabalhistas	634	630
Partes relacionadas	-	13.056
Juros sobre capital próprio a pagar	-	1.429
Dividendos a pagar	11.958	5.340
Outras contas a pagar	498	874
	23.743	25.277
Exigível a longo prazo		
Provisão para contingências	347	281
	347	281
Patrimônio líquido		
Capital social	15.600	15.600
Reserva de lucros	1.187	409
	16.787	16.009
Total do passivo e patrimônio líquido	40.877	41.567

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	2004	2003
Receita operacional bruta		
Receita com arrecadação de pedágio	65.980	57.000
Receitas acessórias	279	144
Impostos sobre arrecadação	(5.957)	(5.229)
Receita operacional líquida	60.302	51.915
Custo dos serviços prestados	(24.647)	(23.858)
Lucro bruto	35.655	28.057
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(11.422)	(10.003)
Despesas financeiras, líquidas	(3.183)	(6.260)
	(14.605)	(16.263)
Lucro operacional	21.050	11.794
Receitas (despesas) não operacionais	(45)	149
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	21.005	11.943
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(6.188)	(2.464)
Realização do imposto de renda e contribuição diferidos	(682)	(1.072)
	(6.870)	(3.536)
Lucro líquido do exercício	14.135	8.407
Lucro líquido por lote de mil ações – R\$ 1,00	906,06	538,91

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003

(Em milhares de reais)

	Capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2002	15.600	-	-	(977)	14.623
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.407	8.407
Destinações do lucro líquido					
Reserva legal	-	372	-	(372)	-
Reserva estatutária	-	-	37	(37)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(1.681)	(1.681)
Dividendos	-	-	-	(5.340)	(5.340)
Saldos em 31 de dezembro de 2003	15.600	372	37	-	16.009
Lucro líquido do exercício	-	-	-	14.135	14.135
Destinações do lucro líquido					
Reserva legal	-	707	-	(707)	-
Reserva estatutária	-	-	71	(71)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(399)	(399)
Dividendos	-	-	-	(12.958)	(12.958)
Saldos em 31 de dezembro de 2004	15.600	1.079	108	-	16.787

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003

(Em milhares de reais)

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
ORIGENS DE RECURSOS		
Das operações:		
Lucro líquido do exercício	14.135	8.407
Valores que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciações e amortizações	6.875	8.547
Provisão para contingências	66	55
Custo residual de ativos permanentes baixados	46	63
Recursos originados das operações	21.122	17.072
Transferência de impostos diferidos para o ativo circulante	-	964
	-	964
Total das origens de recursos	21.122	18.036
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Aumento do realizável a longo prazo:	64	54
No ativo mobilizado	6.865	3.730
Juros sobre o capital próprio	399	1.681
Dividendos	12.958	5.340
Total das aplicações de recursos	20.286	10.805
Aumento de capital circulante líquido	836	7.231
Variação do capital circulante líquido		
Ativo circulante:		
No início do exercício	3.791	3.964
No final do exercício	3.093	3.791
	(698)	(173)
Passivo circulante:		
No início do exercício	25.277	32.681
No final do exercício	23.743	25.277
	(1.534)	(7.404)
Aumento de capital circulante líquido	836	7.231

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2004 e 2003

(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 6 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, o qual totaliza 136,7 km e é constituído pelas: a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32,0 km; e c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19,0 km.

O objeto da concessão consiste na recuperação, melhoramento, manutenção, operação e exploração das rodovias, pelo período de 24 anos, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas a exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso. Ao término do período de concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

O Contrato de Concessão assinado entre a Companhia e o Governo do Estado prevê certas obrigações por parte da concessionária, principalmente relacionadas a investimentos a serem realizados na melhoria, manutenção e conservação das rodovias. Em 31 de dezembro de 2004, mesmo considerando certas discussões em andamento com o Governo do Estado do Paraná, conforme comentado na Nota 6, a Companhia entende encontrar-se em pleno atendimento de tais cláusulas contratuais.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as disposições previstas na Lei das Sociedades por Ações e no pressuposto da continuidade normal das atividades da Companhia.

Determinados valores da demonstração do resultado do exercício anterior foram reclassificados para melhor comparabilidade com a demonstração do exercício corrente.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
31 de dezembro de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são resumidas a seguir:

a) Receitas e despesas

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio. As receitas decorrentes de vendas antecipadas de “cupons” de pedágio são contabilizadas como “Receitas Antecipadas” no passivo circulante, sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários transitam pela praça de pedágio. As despesas são registradas pelo regime de competência.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada com base na vida útil-econômica estimada dos bens, limitada ao prazo remanescente para término do contrato de concessão com o Poder Concedente, conforme demonstrado na nota 4.

c) Demais ativos e passivos circulantes

São registrados pelos valores nominais conhecidos ou estimados, atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
31 de dezembro de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis -- continuação

d) Imposto de renda e contribuição social

São registrados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes, sendo para o Imposto de Renda 15% mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido; e para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido 9%.

Os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base na alíquota efetiva destes impostos e registrados no ativo circulante, em função das diferenças temporárias consideradas quando da apuração destes impostos, bem como sobre saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social compensáveis na apuração desses tributos, conforme nota 11.

e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Foram calculados de acordo com a legislação vigente, sendo que para os juros sobre o capital próprio foi respeitado o limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado.

4. Imobilizado

	Taxas anuais de Depreciação	2004			Reclassificado 2003
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Bens em rodovias	4% a 25%	46.182	(18.692)	27.490	26.898
Edificações	4% a 16,67%	11.154	(3.522)	7.632	7.908
Hardware e Software	5% a 20%	4.013	(2.113)	1.900	1.883
Máquinas e equipamentos	10% a 20%	1.273	(740)	533	561
Veículos	40% a 50%	23	(22)	1	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros	33,33%	-	-	-	5
		62.645	(25.089)	37.556	37.260

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
31 de dezembro de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

4. Imobilizado -- Continuação

O saldo de Bens em rodovias compreende custos de aquisição de bens e construção de obras junto às rodovias.

Os saldos das contas de custo de aquisição e construção de bens do ativo imobilizado, bem como seus respectivos saldos acumulados de depreciação de 31 de dezembro de 2003 foram reclassificados objetivando uma melhor apresentação das referidas informações.

5. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2004, o saldo de empréstimos de R\$7.145 estava representado por obrigações de curto prazo referente à captação de capital de giro junto ao Banco BIC S.A., avalizada pela controladora Primav Ecorodovias S/A e garantida por recebíveis da arrecadação de pedágio da Companhia. O referido empréstimo sofre a incidência de juros calculados à 1% ao mês, acrescido da variação do índice CDI – Certificado de Depósitos Interbancários e tem prazo de vencimento final em 6 de junho de 2005.

Em 31 de dezembro de 2003, a Companhia não possuía nenhuma obrigação vinculada a empréstimos e financiamentos captados junto a instituições financeiras.

6. Informações sobre o Contrato de Concessão

A pedido do Governo do Estado, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná autorizou o Poder Executivo Estadual, com base na Lei Estadual 14.066 de 4 de julho de 2003, a promover a encampação da Concessão objeto do contrato de exploração do lote número 6 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, o qual se refere aos trechos de rodovias sob concessão da Companhia.

De acordo com a referida Lei, a extinção da Concessão e retomada do serviço pelo Governo do Estado, sob a forma de encampação, dar-se-á imediatamente após o pagamento do valor correspondente à indenização devida à Concessionária, conforme previsto no contrato de concessão e na Lei Complementar nº 76 de dezembro de 1995, que regula a concessão de serviços públicos.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
31 de dezembro de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

6. Informações sobre o Contrato de Concessão -- Continuação

Em 12 de janeiro de 2004, o Governo do Estado do Paraná emitiu uma série de Decretos declarando como sendo de “utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto” de cinco das seis Companhias que fazem parte do Anel de Integração do Paraná. Pelos referidos Decretos, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e a Procuradoria Geral do Estado ficam autorizados a tomar medidas extrajudiciais e judiciais para a efetivação da desapropriação. Além disso, o Poder Concedente ingressou com uma ação de caducidade do Contrato de Concessão junto à Justiça Federal, alegando que a mesma teria descumprido uma série de cláusulas contratuais.

Durante o primeiro semestre de 2004, o Governo do Estado do Paraná, através do DNER, realizou diversos procedimentos de auditoria operacional e financeira sobre os registros contábeis da Companhia. Como resultado desse trabalho, algumas supostas incorreções foram identificadas por aquelas autoridades, as quais foram tempestivamente explicadas e justificadas pela Companhia. Subsequentemente, como parte das discussões judiciais em curso envolvendo a Companhia e o Governo do Paraná, tais auditorias de avaliação foram consideradas ilegais pelo Tribunal Regional Federal - TRF da 4ª Região.

A desapropriação de ações de controle da concessionária descrita acima, para a qual o Governo do Estado editou decretos de utilidade pública, foi impedida por ordem da Justiça Federal do Distrito Federal editada em 2 de abril de 2004.

Concomitantemente, certos processos administrativos movidos pelo Governo do Estado do Paraná, destinados à declaração da caducidade das concessões, foram suspensos por decisão do TRF da 1ª Região emitida em 1º de junho de 2004..

A aplicação do reajuste legal, contratualmente previsto para ocorrer em 1º de dezembro de 2003, e que havia sido temporariamente suspenso devido a ação judicial impetrada pelo Estado, foi assegurada pela Justiça Federal de Curitiba, posteriormente confirmada, em acórdão unânime, pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça – STJ em decisão datada de 30 de junho de 2004. Dessa forma, os referidos reajustes vêm sendo praticados pela Companhia desde 2 de julho de 2004.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
31 de dezembro de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

6. Informações sobre o Contrato de Concessão -- Continuação

O Estado do Paraná pretendeu também sustar a aplicação de degrau tarifário contratualmente previsto. Da mesma forma, a Justiça deu ganho de causa à Companhia, impedindo o Estado de proceder qualquer alteração no valor nominal das tarifas. A receita, dessa forma, restou garantida.

7. Transações e Saldos com Partes Relacionadas

As transações com empresas ligadas são realizadas em condições usuais de mercado. Em 31 de dezembro, a posição em aberto apresenta-se como segue:

		<u>Passivo</u>	<u>Resultado</u>
	<u>Contratação de serviços - Imobilizado</u>	<u>Fornecedor</u>	<u>Saldo de mútuos a pagar</u>
			<u>Despesas financeiras</u>
Em 31 de dezembro de 2004			
CR Almeida Engenharia de Obras	9.799	-	-
Primav Ecorodovias S.A.	-	107	-
Impregilo International Infrastructures N.V.	-	14	-
Cigla Construtora Impregilo e Associados S.A.	-	-	-
	9.799	121	-
			1.497
Em 31 de dezembro de 2003			
CR Almeida S.A.	9.341	1,176	-
CR Almeida Engenharia de Obras	-	-	8.623
Primav Ecorodovias S.A.	-	100	-
Impregilo International Infrastructures N.V.	-	191	-
Cigla Construtora Impregilo e Associados S.A.	-	-	-
	9.341	1,467	-
			13.056
			5.518

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
31 de dezembro de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

7. Transações e Saldos com Partes Relacionadas -- Continuação

As obrigações de mútuos com partes relacionadas foram remuneradas conforme segue:

CR Almeida S.A. – Engenharia de Obras

- a) De 1 de outubro de 2002 a 31 de março de 2003, remuneradas pela variação da taxa CDI acrescida de 6,5% ao ano.
- b) De 1 de abril de 2003 a 9 de junho de 2004, remuneradas pela variação da taxa CDI acrescida de 12,68% ao ano.

Impregilo International Infrastructures N.V.

O saldo de mútuo a pagar foi remunerado à taxa de 3,5% ao ano, acrescido de variação cambial do Euro.

Nos dias 9 e 11 de junho de 2004, as obrigações decorrentes de contrato mútuo com as partes relacionadas CR. Almeida S.A. – Engenharia de Obras e com a Impregilo International Infrastructures N.V., foram totalmente liquidadas mediante pagamento.

8. Passivos Contingentes

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. Para aqueles processos nos quais, na opinião dos consultores jurídicos da Companhia, há probabilidade de não se obter êxito nas discussões, foram constituídas provisões para contingências, totalizando R\$347 em 31 de dezembro de 2004 (R\$281 em 31 de dezembro de 2003). Parte desses processos estão garantidos por depósitos judiciais, no valor de R\$228 (R\$164 em 31 de dezembro de 2003) registrados no ativo realizável a longo prazo.

9. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2004 e 2003, o capital social estava composto por 15.600.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
31 de dezembro de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

9. Patrimônio Líquido -- Continuação

b) Remuneração aos acionistas

Aos acionistas são assegurados dividendos de, no mínimo, 25% do lucro líquido, após a compensação dos prejuízos acumulados e as deduções previstas na legislação societária. Serão ainda destinados do lucro líquido, após as referidas compensações, 0,5% para constituição da reserva destinada à restituição de capital aos acionistas no caso de extinção da concessão, limitada a 10% do total do capital subscrito.

Em 31 de dezembro de 2004, a Companhia destinou dividendos no montante de R\$12.958 (R\$5.340 em 2003), tendo pago em 29 de dezembro de 2004, R\$1.000 a título de adiantamento.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam, dentro de certos limites, ao pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e contribuição social. Esse pagamento é tratado para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre tal pagamento é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15% e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

O montante de juros sobre o capital próprio apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2004 e pago a título de adiantamento em 2 de abril de 2004 totalizou R\$399 (R\$1.681 em 31 de dezembro de 2003) e foi calculado dentro do limite de variação da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP nos termos da Lei n.º 9249/95, complementada por disposições legais posteriores. Para efeito dessas demonstrações financeiras, esses juros estão sendo apresentados no patrimônio líquido, na conta de lucros acumulados.

Em 31 de dezembro de 2004, a remuneração total, por lote de mil ações ordinárias, atribuída aos acionistas foi de R\$856,22 (Oitocentos e cinquenta e seis reais e vinte e dois centavos). Em 31 de dezembro de 2003 totalizou R\$450,06 (Quatrocentos e cinquenta reais e seis centavos).

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
31 de dezembro de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

10. Instrumentos Financeiros

Ativos e passivos financeiros estão representados no balanço pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas, os quais se aproximam dos valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2004 e 2003, a Companhia não possuía operações com derivativos.

11. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos foram calculados sobre o prejuízo fiscal acumulado, base negativa de contribuição social acumuladas e diferenças temporárias. Em 31 de dezembro de 2004, os saldos acumulados de prejuízo fiscal e bases negativas haviam sido totalmente compensados com lucros tributáveis. O crédito tributário relativo ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos, decorrente de diferenças temporárias, totalizava R\$289, realizável em sua totalidade no curto prazo (R\$971 em 31 de dezembro de 2003). A efetiva realização deste ativo está condicionada à dedutibilidade futura das diferenças temporárias.

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
31 de dezembro de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

11. Imposto de Renda e Contribuição Social -- Continuação

A demonstração da conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é a seguinte:

	2004		2003	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes dos impostos	21.005	21.005	11.943	11.943
Imposto de renda e contribuição social – alíquotas efetivas	(5.251)	(1.890)	(2.986)	(1.075)
Efeito de imposto de renda e contribuição social sobre os juros sobre o capital próprio	99	36	421	152
Diferenças permanentes	(10)	(4)	(19)	(7)
Incentivos fiscais	11	-	60	-
Outros	114	27	(52)	(30)
Sub-total	(5.039)	(1.831)	(2.576)	(960)
Total de imposto de renda e contribuição social e contribuição social sobre o lucro líquido	(6.870)		(3.536)	

A composição nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro apresenta-se como segue:

	2004	2003
Imposto de renda	(4.538)	(1.789)
Contribuição social	(1.650)	(675)
Realização do imposto de renda diferido	(501)	(787)
Realização da contribuição social diferida	(181)	(285)
Totais	(6.870)	(3.536)

12. Seguros (Não Auditada)

A Companhia possui cobertura de seguros considerada suficiente, em função dos riscos existentes em sua operação, inclusive seguros obrigatórios em função do cumprimento de cláusulas específicas do contrato de concessão, no qual o beneficiário é o DER-PR (Departamento de Estradas de Rodagem – Paraná).

CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- Continuação
31 de dezembro de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

13. Despesas Financeiras, Líquida

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
- Receita de aplicações financeiras em fundos de investimento	28	105
- Outros	36	18
	<u>64</u>	<u>123</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
- Juros sobre financiamentos	(2.166)	(5.689)
- Juros sobre outras obrigações	(63)	(63)
- Perdas em investimentos financeiros	(503)	
- Outros	(473)	(282)
	<u>(3.205)</u>	<u>(6.034)</u>
<u>Outros</u>		
- Variações monetárias sobre financiamentos	(42)	(349)
	<u>(42)</u>	<u>(349)</u>
	<u>(3.183)</u>	<u>(6.260)</u>